



Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
GABINETE DO MINISTRO

Praia, 30 de Junho de 2008

Aos dirigentes associativos, líderes e membros
das comunidades cabo-verdianas no exterior.

Caros conterrâneos

Ao terminar as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades ressinto a necessidade de vos fazer chegar esta comunicação. É o mínimo que possa fazer, após quatro anos de contacto intenso e quotidiano com as comunidades cabo-verdianas e seus desafios. Para mim deixar de fazer parte do Governo de Cabo Verde não significa, de maneira nenhuma, o fim do contacto e diálogo, pois, a emigração e as comunidades cabo-verdianas vão continuar, como sempre estiveram, no centro das minhas reflexões e indagações pessoais. E, por isso, estou certo de que os nossos caminhos vão se cruzar constantemente.

Não penso que este seja momento para retomar e discorrer sobre as diversas questões que discutimos durante esses quatro anos. Dito isto, dificilmente poderia evitar de evocar algo que sempre dizia nos nossos encontros, mensagens radiofónicas e televisivas: É fundamental que, individual e colectivamente, coloquemos e respondamos as seguintes questões: o que somos, o que seremos, o que queremos ser (eu, meus filhos, netos e descendentes) nos diferentes países onde vivemos, daqui a vinte, trinta, cinquenta ou mesmo cem anos. A resposta a estas questões, falsamente simples, constitui, todavia um ponto e momentos referenciais para a definição de estratégias de desenvolvimento pessoal, familiar e socio-económico das comunidades cabo-verdianas no exterior, nas Américas, na Europa, na Africa ou em qualquer parte do mundo.

Todos estarão lembrados da minha insistência em relação à importância da plena integração nas sociedades de acolhimento. Naturalmente que a integração não significa denegação das origens ou da condição de cabo-verdiano. Sabemos também que não há integração automática ou inteiramente espontânea. Ela requer posições, atitudes e práticas individuais e colectivas consistentes e consequentes. Nesta perspectiva e de forma recorrente abordámos nos nossos encontros vários factores e condicionantes da integração, a saber:

1. O domínio da língua e dos códigos culturais e simbólicos do meio envolvente. Este é um requisito básico para qualquer projecto de vida nos países de acolhimento.
2. A educação e a formação - para os mais velhos e **sobretudo para as novas gerações**. É vital para o desenvolvimento e a afirmação, individual e colectiva, que as comunidades cabo-verdianas possam produzir, em quantidade e qualidade, quadros, técnicos, engenheiros, médicos, professores, investigadores, desportistas, artistas de alto nível úteis aos países de acolhimento e a Cabo Verde.
3. A definição e a aplicação no quotidiano de estratégias individuais de participação na vida social, cultural, económica e política dos países de acolhimento.
4. A legalização, o acesso à segurança social e o respeito escrupuloso das leis, regras e costumes dos países de acolhimento constituem, igualmente, elementos indispensáveis para uma vida estável. Face a injustiças, deveremos poder utilizar do quadro legal dos países de acolhimento para fazer valer ou repor direitos.
5. A importância da habitação que deve ser vista em termos de custos, conforto, segurança e, igualmente, em termos de oportunidades de socialização e de educação dos filhos.

V13

6. O associativismo responsável, comprometido, actuante e aberto à sociedade envolvente. Continuo pensando que o fechamento sobre si é uma armadilha que nos afasta da solução dos problemas.
7. A ponte a ser estabelecida entre o segmento integrado e bem sucedido e o segmento da comunidade confrontado com dificuldades ou obstáculos à integração e ao desenvolvimento. Esta é uma forma extremamente eficaz e sem custos de estimulação, de criação de autoconfiança e de reposição de sonhos de vida no seio das crianças e adolescentes nos segmentos menos integrados das comunidades cabo-verdianas.
8. O investimento das poupanças em actividades produtivas, em Cabo Verde e nos países de acolhimento. Neste sentido falámos da vantagem de iniciativas económicas independentes, da criação de micro, pequenas e médias empresas em contraponto à tendência predominante de trabalhador por conta de outrem.
9. A promoção e o desenvolvimento da cultura cabo-verdiana conciliando tradição, modernidade, renovação e enriquecimento e evitando a armadilha de colocar a cultura cabo-verdiana na marginalidade.
10. A **responsabilidade individual** e a importância de projectos de vida assumidos em actos e palavras foram sempre frisados.
11. E naturalmente a solidariedade activa com os patrícios da diáspora dita do Sul.

Esses factores e pistas são fundamentais para o sucesso dos vossos e nossos projectos individuais, familiares e políticos de longo prazo. Por outro lado constituem argumentos de grande relevância para o Governo de Cabo Verde manter o diálogo construtivo com os países de acolhimento, sustentar as suas posições e defender medidas adequadas à nossa situação e expectativas. A evolução recente dos fluxos migratórios mundiais, é vivida como

uma inefável e nebulosa interpelação e, muitas vezes, como ameaça pelos países de destino. Consequentemente, o diálogo sobre a emigração tornou-se intrincado e arrevesado.

Para um pequeno país como Cabo Verde só poderemos fazer diferença e salvaguardar os nossos objectivos através do trabalho, do rigor, da disciplina, da capacidade de adaptação e da aprendizagem e da nossa vontade de progredir. Neste sentido todos os emigrantes são embaixadores de Cabo Verde e um factor da imagem de Cabo Verde, em recomposição permanente.

O sucesso da emigração depende da intervenção de vários actores. Citaria três fundamentais: o governo dos países de origem, o governo dos países de destino com as suas políticas e práticas reais e os próprios emigrantes. O governo de CV tem actuado com grande empenho e determinação colocando as questões da emigração e das comunidades cabo-verdianas no centro do diálogo político com os governos e organizações dos países de acolhimento, explicitando a nossa visão e defendendo os interesses e posições dos cabo-verdianos. Os avanços conseguidos são notáveis e promissores. Entrementes e, como sempre vos disse, o individuo deve ser o agente principal do seu destino. Nada substitui as atitudes e práticas individuais para a determinação das nossas vidas. Felizmente, e isso desde os primórdios da aventura migratória, a grande maioria dos cabo-verdianos assume com aprumo as suas responsabilidades e, por isso, só posso felicitar-vos e encorajar-vos a prosseguirem nesta via.

Ao evocar as questões e aspectos fundamentais, diria estratégicos, para o futuro das comunidades cabo-verdianas no exterior, não quero, de maneira nenhuma esquecer as vossas reclamações e questões recorrentes e do quotidiano, ligadas aos transportes, registo civil, alfandegas e atendimento nas missões diplomáticas e postos consulares.

Muitas iniciativas foram protagonizadas nesses domínios específicos e acredito que as estruturas competentes do MNEC, designadamente o Instituto das Comunidades (IC) e a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades (DGACC) e as Missões Diplomáticas e Postos Consulares irão continuar os esforços de diálogo e de concertação

V13

com os serviços e Departamentos do Estado em Cabo Verde, tendo em vista a clarificação das questões pendentes, sua resolução ou tomada de posição, de forma a relevarmos definitivamente algumas ambiguidades ainda existentes.

Termino reafirmando o prazer que tive em conviver, dialogar e debater convosco durante esses últimos quatro anos. Peço-vos ainda que sejam portadores desta mensagem aos membros das vossas respectivas associações e organizações.

Queiram aceitar, caros patricios, os meus agradecimentos e saudações amigas.

Um abraço e até sempre!



Victor Manuel Barbosa Borges